

Operação Compliance Zero

Pagamentos à vista de todos

Derrubada de sigilo atende a pedido de Moraes e teve manifestação favorável da PGR. Material estava sob controle de Mendonça

» ALÍCIA BERNARDES
» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou, ontem, a retirada do sigilo da Petição 15.645, que reúne informações sobre pagamentos relacionados ao banqueiro Daniel Vorcaro e ao extinto Banco Master. A medida atende a um pedido feito pelo ministro Alexandre de Moraes e a uma manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR). O procedimento estava sob sigilo no gabinete do ministro André Mendonça e deverá subsidiar a sessão extraordinária de hoje do STF.

A Petição 15.645 contém informações produzidas a partir de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), obtidos a pedido da Polícia Federal (PF). Após a determinação de Fachin, o gabinete de Mendonça tornou público o relatório de inteligência financeira relacionado ao procedimento. A abertura ocorre depois de uma série de decisões recentes para ampliar o acesso aos documentos do caso Master. Até o momento, 53 procedimentos de apuração relacionados ao banco e a Vorcaro tiveram o sigilo retirado por determinação do presidente do STF.

Em manifestação, o vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, afirmou que a PGR não havia se manifestado anteriormente porque sequer tinha acesso à existência do procedimento no sistema do Supremo. “A PET 15.645 não foi relacionada porque esta Procuradoria-Geral da República não teve acesso à sua existência, já que não aparece visível à PGR no sistema do STF”, observou.

Segundo a PGR, a divulgação do conteúdo é necessária para que os ministros tenham conhecimento dos elementos considerados relevantes para a análise de hoje. A sessão extraordinária foi convocada para discutir, entre outros pontos,

Antonio Augusto/STF



Mendonça mantinha o sigilo sobre os gastos de Vorcaro

Victor Piemonte/STF



Moraes pediu derrubada para montar estratégia de defesa

Antonio Augusto/STF



Fachin vem sendo pressionado a manter tudo às claras

se há elementos que justifiquem a abertura de investigação contra Moraes. Para o Ministério Público, trata-se “de documento tido como relevante para que ministro deste Tribunal possa compreender a totalidade dos fatores que o tema a ser debatido envolve”.

Relatório

A controvérsia ganhou força depois que um relatório elaborado pela PF, por determinação de Mendonça, apontou elementos sobre a relação entre Moraes e Vorcaro. O documento cita 52 mensagens supostamente trocadas entre os dois, entre dezembro de 2023 e novembro de 2025. Aponta que o ministro teria participado de tratativas relacionadas a um contrato de R\$ 130 milhões firmado entre o Master e o escritório Barci de Moraes, de Viviane Barci, mulher

do magistrado. A PGR, porém, já defendeu o arquivamento desse relatório, sob o argumento de que sua elaboração ocorreu sem comunicação prévia à Presidência do STF e sem que fosse submetido à análise do plenário do STF.

Além da abertura dos autos, os ministros passaram a ter acesso a novos elementos do caso às vésperas da sessão. O ministro Cristiano Zanin recebeu, também ontem, a íntegra do conteúdo extraído do celular de Vorcaro, apreendido pela PF durante a Operação Compliance Zero, em novembro do ano passado. A entrega foi determinada por Zanin no domingo, que deu prazo de 24 horas para cumprimento da medida. O material já está no gabinete do magistrado, conforme apurou o **Correio**. A decisão de Zanin ocorreu depois de ministros cobrarem acesso irrestrito ao espolamento do aparelho para avaliar

o conteúdo antes da deliberação de hoje do plenário.

Além da abertura dos autos, os ministros passaram a ter acesso a novos elementos do caso às vésperas da sessão decisiva. Os ministros Zanin e Gilmar Mendes receberam a íntegra dos dados. A entrega ocorreu depois de os dois magistrados cobrarem acesso ao conteúdo completo do celular. Zanin havia determinado, no domingo, que a PF encaminhasse uma cópia integral aos gabinetes, enquanto Gilmar já havia reforçado a Fachin a necessidade de que os ministros tivessem acesso ao material antes de se pronunciarem hoje.

O aparelho do qual foram extraídas as informações estava com o dono do Master quando ele foi preso, em 17 de novembro de 2025, e seu conteúdo serviu de base para as diferentes fases da Operação Compliance Zero até agora. Ao

justificar a requisição do aparelho celular da Apple, modelo iPhone 17 Pro, número de série LTPF-3F27YR, Zanin afirmou que “não existe hierarquia entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal” e sustentou que “não se pode opor aos julgadores qualquer restrição ao acesso a informações, até porque todos eles estão submetidos ao dever de sigilo e de bem desempenhar suas funções, com imparcialidade e independência”.

Mendonça, por sua vez, havia argumentado que o compartilhamento integral dos dados poderia tumultuar o julgamento e prejudicar apurações ainda em andamento. Ele reconheceu, porém, que seu gabinete já havia recebido da PF, em março, um envelope com os dados extraídos do celular de Vorcaro. Segundo o ministro, o material foi entregue “de forma voluntária e espontânea”,

permanece “lacrado e intocado” e foi encaminhado ao seu gabinete como cópia de segurança em caso de corrompimento do material original.

No celular, estão pedidos reiterados de Vorcaro para que Moraes intervisse junto ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, com o objetivo de conter as investigações sobre negócios fraudulentos do Master. Também estão registros da participação do ministro na edição de um contrato de R\$ 131 milhões entre Viviane Moraes e Vorcaro e conversas sobre uma possível saída do banqueiro do país antes de sua prisão. Há, ainda, cobranças relacionadas a pagamentos ao escritório Barci de Moraes e a autorização de cartões de crédito com limite de R\$ 300 mil para os filhos do ministro. **(Com Agência Estado)**

Entidades se manifestam e cobram transparência

A Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil (Fenia) divulgou nota pública, ontem, em que defende que a submissão das questões ao plenário representa o fortalecimento da institucionalidade do Supremo. Segundo a entidade, a condução ao colegiado de temas que haviam sido decididos de forma monocrática reafirma o modelo constitucional segundo o qual cabe ao conjunto dos ministros, e não individualmente a cada integrante da Corte, dar a palavra final sobre assuntos de maior relevância institucional.

A Fenia também ressaltou que a sessão deveria observar integralmente o princípio da publicidade e ser acessível à sociedade — será transmitida pela tevê a partir das 10h. Para a entidade, a transparência não pode ser tratada apenas como uma exigência formal, mas como instrumento para que o tribunal preste contas sobre suas decisões e preserve a confiança pública na atuação do Judiciário.

A entidade defendeu, ainda, que as investigações relacionadas às controvérsias alcancem

todos aqueles que eventualmente tenham condutas a esclarecer, sem distinção de cargo ou função. A posição inclui integrantes do Poder Judiciário, outras autoridades públicas e agentes privados. “Nenhuma investigação se robustece pela seletividade”, afirmou a Fenia na nota.

Para a federação, o exame colegiado das controvérsias, aliado à publicidade dos debates e à apuração ampla dos fatos, é fundamental para reforçar a legitimidade das decisões e a autoridade institucional da Suprema Corte.

Em São Paulo, um grupo de 39 juristas, professores da Universidade de São Paulo (USP) e representantes da sociedade civil divulgou um manifesto em defesa do levantamento integral dos sigilos sobre o caso Master no STF. O documento pede transparência “sobre a origem e o fluxo dos mais de R\$ 60 milhões atribuídos a Daniel Vorcaro” no financiamento do filme *Dark Horse*, projeto para o qual Flávio Bolsonaro (PL) pediu R\$ 134 milhões ao banqueiro.

Intitulado *Manifesto pela Consolidação da Democracia*

Brasileira, o documento também pede respostas colegiadas a questionamentos sobre a atuação de integrantes da Corte, respeito à divisão de competências entre as instituições e maior cooperação nas investigações.

A proximidade das eleições é apontada no manifesto como um dos fatores que dão urgência às medidas. Os signatários demonstram preocupação com a possibilidade de controvérsias ainda não esclarecidas influenciarem a disputa política.

“A demora pode prolongar a

crise e permitir que controvérsias ainda não esclarecidas sejam absorvidas e utilizadas na disputa eleitoral”, diz o documento. Segundo o grupo, questões que devem ser solucionadas pelas instituições não podem se transformar em “instrumentos de interferência na disputa eleitoral”.

“A crise atual exige, portanto, o levantamento integral dos sigilos sobre todos os elementos relevantes à compreensão dos fatos, sem qualquer seletividade”, diz o manifesto. **(Alicia Bernardes com Agência Estado)**

Personagens de uma disputa de poder e os movimentos de cada um

Edson Fachin

Na tentativa de pôr ordem na Corte, avvocou para si o Inquérito das Fake News e assumiu a relatoria do procedimento (Pet 16.662), focado no relatório da PF que aponta supostas mensagens e contatos entre Daniel Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes. Além disso, determinou a remessa para a Presidência de todas as investigações conexas (incluindo as Pets 15.041 e 15.556, ligadas às apurações de fraudes no Master e no INSS). Também solicitou ao ministro André Mendonça a retirada do sigilo de petições e anexos para que todos os magistrados e a Procuradoria-Geral da República pudessem examinar o material antes do julgamento de hoje. Antes, suspendeu as decisões de Mendonça e de Flávio Dino sobre a retirada de Andrei Rodrigues e Leandro Almada da direção-geral e da diretoria de Inteligência da PF, respectivamente. Mas manteve a determinação de Dino de reintegrá-los à função.

Alexandre de Moraes

Está na berlinda na sessão de

hoje, que pode abrir um processo investigativo inédito para apurar o relacionamento com Vorcaro. Relatório da PF indica que teria estreito contato com o dono do Banco Master, que em vários momentos o consultava e pedia que, supostamente, intercedesse junto ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e a Andrei Rodrigues para tentar salvar o banco. O escritório da mulher do ministro fechou um milionário contrato de assessoria e consultoria com o Master, e o próprio Moraes não viu impedido de revisar esse mesmo contrato. Além disso, era o relator do Inquérito das Fake News, agora nas mãos de Fachin.

André Mendonça

Entrou em guerra com Moraes no momento em que levantou o sigilo do relatório da PF que expunha as supostas conexões do colega de Corte com Vorcaro. Além disso, resistiu ao levantamento do sigilo e à entrega do material que estava em seu poder, extraído de um dos celulares do dono do Master — inicialmente, alegou que

poderia afetar investigações em curso. Mas a pressão de Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin fez com que recuasse. No auge do conflito aberto com Moraes, foi às redes sociais agradecer às orações dos apoiadores. Na corrida presidencial, vem sendo defendido pelos bolsonaristas não apenas por ter sido indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, mas porque enxergam atuação política de Dino, Gilmar e Zanin contra o candidato Flávio Bolsonaro (PL).

Flávio Dino

O ministro revogou a determinação de Mendonça para o afastamento de Andrei Rodrigues e Leandro Almada. A decisão foi a primeira reação frontal a outro magistrado da Corte. Na sequência, utilizando-se da relatoria do inquérito sobre a aplicação irregular de emendas parlamentares, mandou investigar as conexões financeiras da produção do filme *Dark Horse* — cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro — com Vorcaro e um intrincado esquema que teria o deputado federal Mario Frias (PL-SP)

como principal articulador. A suspeita é de que o parlamentar destinou dinheiro público para a suposta realização do longa-metragem.

Cristiano Zanin

Solicitou formalmente o acesso integral aos dados extraídos do celular de Vorcaro, apreendido pela PF. A medida ocorreu no momento em que os ministros divergiam sobre a decisão de Mendonça de retirar o segredo de apenas 15 procedimentos do caso, mantendo dezenas de outros sob reserva. Zanin argumentou a necessidade de analisar o acervo de provas em sua totalidade antes do julgamento de hoje.

Gilmar Mendes

Sustentou que relatórios e devassas da PF sobre integrantes do STF violam as prerrogativas do Judiciário e rebaixam a autoridade da Corte. Quando Mendonça determinou o afastamento do cúpula da PF, pediu vista no julgamento na segunda turma para barrar a medida e questionou

abertamente a competência de um único ministro para tirar Andrei Rodrigues e Leandro Almada dos cargos. Além disso, afirmou publicamente que “não há como o STF julgar” apurações contra Moraes sem antes pacificar a validade das provas brutas e definir o rito processual exato.

Dias Toffoli

Foi o primeiro ministro da Corte a ficar exposto por conta das conexões que tinha com Vorcaro. Uma empresa da qual era sócio, a Maridt Participações e Empreendimentos, teria vendido o participação no resort Tayayá a fundos geridos por Fabiano Zettel, cunhado do dono do Master. No fim do ano passado, o ministro tomou uma série de decisões controversas — avvocou a condução direta do inquérito e das investigações sobre as suspeitas do Master — repassadas a Mendonça — e colocou-as em sigilo absoluto. PF viu nas medidas uma tentativa de controlar as investigações. Em fevereiro, os ministros deram a Toffoli um voto de confiança. Desde então, declara-se impedido de analisar qualquer demanda relativa ao Master.